

XVI Seminário sobre a Economia Mineira – Cedeplar/UFMG

Diamantina, 2014

Área de Concentração 1. História Econômica e Demografia Histórica

Roberto Simonsen e a modernização no Brasil da Primeira República

Luiz Felipe Bruzzi Curi
Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP)
luizfelipelfbc@gmail.com

Alexandre Macchione Saes
Professor do Departamento de Economia (FEA/USP)
alexandre.saes@usp.br

Resumo

Este artigo analisa uma fase pouco conhecida da atuação do historiador e economista Roberto Simonsen: sua formação acadêmica na Politécnica de São Paulo e seus textos dos anos 1910 e 1920, anteriores à publicação da *História econômica do Brasil* (1937) e ao famoso debate com Eugênio Gudin (1944-45). Nesse início de carreira, Simonsen dirigiu a Companhia Construtora de Santos, integrou a Missão comercial à Inglaterra e engajou-se num debate sobre o asfaltamento em São Paulo. Desenvolve-se a ideia de que, neste momento, Simonsen estava preocupado com questões relativas à modernização do Brasil, que eram distintas dos problemas tratados posteriormente, relacionados à evolução industrial do Brasil e ao planejamento econômico. Nesse sentido, busca-se ressaltar especificidades que matizam rótulos e generalizações comumente atribuídos ao pensamento de Simonsen, tais como desenvolvimentista, precursor da CEPAL e antecipador da economia do desenvolvimento.

Palavras-chave: Roberto Simonsen, modernização, pensamento econômico brasileiro.

Roberto Simonsen e a modernização no Brasil da Primeira República

Introdução

Roberto Simonsen (1889-1948) foi um industrial e intelectual, que se notabilizou por seus trabalhos pioneiros na área de economia, relacionados ao protecionismo e ao planejamento econômico, e, também, no campo da história econômica. Obras como *História econômica do Brasil* (1937) e *Evolução industrial do Brasil* (1939) tornaram-se pontos de partida importantes para a historiografia econômica brasileira, sendo retomadas por diversos autores posteriores: o exemplo de Celso Furtado, que se utilizou largamente da *História econômica do Brasil* para compor o seu clássico *Formação econômica do Brasil* (1959) é conhecido. Ademais, as contribuições de Simonsen para o debate do planejamento, travado com Eugênio Gudin entre 1944 e 1945, conferiram-lhe destaque no âmbito das discussões sobre economia brasileira do período e fizeram com que se associasse a figura de Simonsen à defesa de políticas econômicas ligadas ao protecionismo e à industrialização planejada e aos inícios da formulação de um pensamento econômico brasileiro de orientação distinta do paradigma neoclássico/liberal. Essa associação é verdadeira em vários sentidos, mas não deve ser generalizada, sob pena de se obliterarem especificidades importantes do pensamento de Roberto Simonsen.

Na esteira dessa figura do pioneiro, a literatura que abordou o pensamento econômico de Simonsen tem sido marcada por tentativas de definir o autor como precursor da industrialização ou antecipador de ideias teóricas relacionadas ao estruturalismo cepalino, situando-o no quadro geral da ideologia desenvolvimentista. Esse tipo de leitura foi feito, por exemplo, por Helena Fanganiello, que vê em Simonsen um antecipador da teoria do desenvolvimento equilibrado. Numa abordagem mais ligada ao papel político de Simonsen, porém conducente a uma interpretação semelhante de seu pensamento econômico, Vera Cepêda acredita que o autor reuniu em sua obra, de forma precursora, os principais elementos da teoria da CEPAL. Em seu estudo sobre o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, Ricardo Bielschowsky classificou Simonsen como um desenvolvimentista, ligado ao setor público e ao setor privado. Vale frisar que o conceito de desenvolvimentismo tem, para Bielschowsky, um sentido claro: ideologia de transformação social, baseada na industrialização integral e na convicção de que seria impossível atingir essa industrialização somente pelas forças do livre mercado. Tendo-se em conta que o recorte cronológico é o período 1930-64, a classificação de Bielschowsky é aceitável. A atuação profissional de Simonsen, todavia, começou na década de 1910 e os textos publicados nesse período têm um sentido bem diverso do projeto de industrialização integral e planejamento estatal que ganharia força a partir dos anos 1930.¹

O objetivo deste artigo é qualificar esta associação entre a obra Simonsen e os primórdios do desenvolvimentismo, bem como seu caráter de antecipador de teorias ligadas ao campo da economia do desenvolvimento.² Essa qualificação se faz por meio da análise de alguns textos “iniciais” de Simonsen pouco trabalhados pela historiografia, publicados nas décadas de 1910 e 1920, os quais refletem uma lógica muito distinta do projeto desenvolvimentista. Trata-se de um projeto de modernização, no sentido de um processo ligado aprofundamento do papel do Brasil na divisão do trabalho clássica e de absorção de padrões de consumo externos, sem a alteração da estrutura econômica do país. Era a busca por um Brasil Moderno, que deveria superar as estruturas

¹ Ver as seguintes obras: FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA/USP, 1970; CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Tese de Doutorado; BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

² A proposta de estudar o pensamento econômico de Roberto Simonsen a partir de suas especificidades, procurando fugir aos rótulos comumente utilizados para caracterizar sua atuação política e seu papel intelectual, foi desenvolvida no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre o pensamento de Simonsen, cujos resultados são, parcialmente, apresentados neste artigo. A pesquisa está consolidada em dissertação de mestrado. Ver CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.

arcaicas da sociedade Imperial e escravista oitocentista, mas fundamentalmente, que deveria aproximar o país de um modelo europeu de consumo e sociabilidade. Esse mimetismo de padrões estrangeiros não significava superar as contradições de uma sociedade tanto dependente internacionalmente como em que a exclusão socioeconômica fora uma das principais marcas de sua formação: a exclusão interna e subordinação externa são recriadas com a modernidade imposta pelos projetos das elites nacionais. A modernização se materializa no Brasil de início do século XX como transformações dos aparelhos urbanos, incorporando as inovações da Segunda Revolução Industrial, mas alterando pouco a estrutura produtiva do país.

Os textos de Simonsen desse período inicial, analisados aqui, referem-se à sua atuação como diretor da Companhia Construtora de Santos (1918/1919), à Missão brasileira à Inglaterra (1919), que Simonsen integrou, e a uma discussão sobre o asfaltamento da cidade de São Paulo (1923). A formação acadêmica de Simonsen na Escola Politécnica de São Paulo também é um elemento recuperado neste artigo: o conhecimento de Economia Política veiculado na Politécnica na primeira década do século XX era ligado ao projeto pedagógico da instituição que, em alguma medida, integrava o referido processo de modernização do Brasil.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta Introdução. A seção 1 discute o sentido do conceito de modernização utilizado aqui, do ponto de vista de intérpretes da formação econômica e social do Brasil. Discutem-se, na seção 2, o conhecimento econômico veiculado durante o curso de Simonsen na Escola Politécnica e os relatos da Missão à Inglaterra. As conexões de Simonsen com questões de modernização urbana, em Santos e São Paulo, constituem o tema da seção 3. Na última seção, delineiam-se as considerações finais.

1. A modernização como processo: questões conceituais

O “moderno” e a “modernidade” são conceitos amplos, utilizados em diversos contextos, nem sempre com o mesmo sentido. Num sentido histórico-sociológico, o advento da modernidade está associado à superação de estruturas sociais consideradas tradicionais, ou pré-modernas. Trata-se da passagem de um mundo rural, em que predomina a economia agrária de subsistência, para um mundo urbano, no qual a produção industrial assume importância e a economia passa a ser mediada pela troca e pelo dinheiro.³ A ideia de modernização que buscamos construir aqui como eixo de interpretação desse ambiente em que atuou Roberto Simonsen se relaciona, em alguma medida, com esse sentido geral do advento da modernidade, mas tem especificidades relacionadas com o contexto em que ocorreu.

Se esse processo de modernização pode ser entendido de forma ampla, como superação do “arcaísmo” pré-industrial ou pré-capitalista, Gerschenkron chamou a atenção para o fato de que tal processo é dependente pelas condições econômicas e ideológicas específicas a cada contexto.⁴ No caso brasileiro, a modernização teve um caráter de superação de estruturas atrasadas, sim, mas alguns intérpretes destacaram o caráter limitado e incompleto desse processo, condicionado pelas estruturas herdadas pelo Brasil, com um passado colonial e que se inserindo no mundo capitalista de forma periférica. Isso significa dizer que a ideia de modernidade tem um teor ideológico muito forte, de reprodução de modelos mais avançados, mas que nem sempre responde aos desafios que as sociedades periféricas teriam que enfrentar.⁵ Na Primeira República brasileira, quando Roberto Simonsen escreve seus primeiros textos, o pensamento político dominante se “manifesta na crença em um ideal de civilização claramente eurocêntrico, no qual o desenvolvimento econômico aparece como etapas a serem seguidas e que conduzirão à superação natural das ‘mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão’”.⁶

³ GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990, pp. 1-54.

⁴ GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1966, p. 22.

⁵ Para Solé & Smith essa carga ideológica pode ser bem compreendida nos anos de 1950 com o projeto de modernidade empreendida pelos Estados Unidos, cf.: SOLÉ, Carlota & SMITH, A. D. *Modernidad y Modernización*. Col. Barcelona, Anthropos, 1998, p. 14.

⁶ OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2009. Tese de Doutorado, p.316.

Por isso, como lembra Raymundo Faoro, especialmente em economias periféricas, os conceitos de modernidade e modernização não devem ser confundidos: a *modernidade* é o projeto coletivo, que compromete toda a sociedade, expandindo e revitalizando o papel de todas as classes, enquanto a *modernização* possui um toque voluntário, sendo construída por um grupo condutor, “que privilegiando-se, privilegia os grupos dominantes”.⁷

Em suma, esse processo de modernização periférica não somente teria dificuldades para reproduzir de maneira fiel o modelo de mundo moderno importado como também, e ainda mais trágico para as consequências dessa tentativa de mimetizar o padrão estrangeiro, recolocaria as contradições econômicas e sociais internas de forma mais violenta. Na pena de Florestan Fernandes: “A economia brasileira ganhara, em poucas palavras, certos substratos materiais ou morais e os dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais”. Mas como continua o autor, esse não era um processo natural de reprodução dos padrões estrangeiros, afinal “dada sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias. Ao contrário, os referidos modelos tenderiam a ser saturados, historicamente, de acordo com as possibilidades socioeconômicas e culturais de expansão do mercado interno.”⁸

Esse fenômeno é o que Celso Furtado define como as promessas não realizadas pela modernização, que por não ser modernidade, é a manifestação oposta ao desenvolvimento. Afinal, mesmo que promovendo transformações econômicas, garantindo uma profunda imersão no padrão de consumo “moderno”, a modernização não abalaria as estruturas socioeconômicas arcaicas, sendo apenas a assimilação do processo tecnológico por meio dos padrões de consumo e não do processo produtivo. Isso significa que, ao invés do desenvolvimento, como expressão da difusão dos benefícios do excedente para toda a população, com a incorporação dos novos padrões de consumo, as elites das sociedades periféricas promoviam a concentração da renda e recolocavam a situação de dependência em nova fase.⁹ Em suma, em oposição ao desenvolvimento característico dos países centrais, formava-se um novo caminho para integração na economia capitalista mundial: o subdesenvolvimento. Fruto do desequilíbrio na assimilação de novas tecnologias produzidas no centro do capitalismo industrial, por meio do subdesenvolvimento existiriam condições de ampliar a produtividade das economias periféricas, mas ao incidir acima de tudo no estilo de vida, nas inovações voltadas ao consumo, pouco contribuiu para reduzir a heterogeneidade social.¹⁰

Milena Fernandes de Oliveira, ao trabalhar com o mercado de consumo de luxo em São Paulo da *Belle Époque*, retoma essa faceta da modernização presente em Celso Furtado para reforçar as limitações presentes nesse processo de assimilação dos padrões estrangeiros de consumo e estilo de vida: “Primeiramente porque, aplicado a uma estrutura eivada de contradições surgidas da condição de ex-colônia, o processo de modernização engendra novas contradições que àquelas se sobrepõem, colocando novos dilemas a serem resolvidos pela modernidade em constituição. O célere processo modernizador recria exclusões sociais e descontinuidades. Em segundo lugar, quando aplicada a outros campos que não o econômico, a modernização invade o domínio da modernidade, precipitando soluções não condizentes com os aspectos históricos que são constitutivos da última. O resultado é, assim, a formação de uma modernidade específica que, no jogo com o processo modernizador, nem sempre consegue exercer a inclusão social.”¹¹

⁷ FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”. *Estudos Avançados*. 6 (14), 1992, p. 8.

⁸ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 86.

⁹ FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

¹⁰ FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, pp. 41-22 e 45. Esse argumento já estava explícito em obras anteriores como FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

¹¹ OLIVEIRA, 2009, p. 315. Para um argumento semelhante, mas pensado o período do pós-Segunda Guerra Mundial e as influências do *American way of life*, cf.: MELLO, João Manoel Cardoso de & NOVAIS, Fernando Antônio. “Capitalismo tardio e Sociabilidade Moderna”. IN: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

O projeto modernizador, todavia, é tema controverso no sentido dos possíveis benefícios que poderia acarretar ao país receptor. Entre Celso Furtado e Florestan Fernandes, a modernização não deixa de recolocar a subordinação do país à divisão econômica internacional, mas em certo sentido, enquanto Furtado entendia que o caminho de uma modernização dos padrões de consumo ampliava a desigualdade e limitava as condições de criar a nação – no sentido de autodeterminação e de um projeto voltado a toda população –, Florestan parece considerar que as etapas de modernização cumprem com saltos na trajetória de concretizavam da *Revolução Burguesa no Brasil*. Florestan, por exemplo, considera que o período da Primeira República, o que podemos considerar uma fase de intensa modernização, foi favorável para a disseminação da ordem social competitiva e de maior aproximação com a estrutura econômica capitalista: ao menos um “capitalismo como estilo de vida”.¹² No extremo do argumento estariam Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que, defendendo que as condições deficientes de controle do capital e da tecnologia, e a condição particular dos países latino-americanos que limitados por seu passado colonial e atrasados na empreitada da concluir sua industrialização, viam o caminho do desenvolvimento estreitamente ligado à dependência.¹³ Isso quer dizer, para os autores a oposição entre desenvolvimento e modernização, conforme apresentado por Celso Furtado, não era uma oposição realista.

Como podemos compreender, então, o ambiente em que Simonsen iniciaria sua atuação no debate político e de elaboração de seus projetos empresariais?

A passagem do século XIX para o século XX, podemos dizer, é o momento em que o processo de modernização teve seu desencadeamento histórico no Brasil. A modernização como *mimesis* da cultura, do ideal de progresso e do padrão de consumo europeu, se estendeu para as partes mais variadas do território nacional, cada região buscando reproduzir aquilo que lhe cabia e era possível por conta de sua realidade material e dos interesses de seus grupos dominantes locais. O cenário para esse desencadeamento se mostrava favorável no período, tanto internacionalmente como nacionalmente, e isso autorizava que as elites locais encontrassem seus caminhos para garantir a modernização, personificada nas transformações do mundo urbano.

No plano internacional, a disseminação da Segunda Revolução Industrial na Europa Ocidental e Estados Unidos impunha uma crescente competição entre os países industrializados, alcançando regiões como a América Latina para atender seus mercados com inovações e produtos. No Brasil essa expansão do capital estrangeiro para o mercado nacional seria observada em ao menos duas grandes fases: uma primeira fase, de investimentos hegemonicamente ingleses, com abertura de estradas de ferro e bancos entre as décadas de 1870 e 1890; e, uma segunda fase, com investimentos voltados aos serviços públicos e com uma diversificação da origem do capital, concentrados nos anos iniciais do século XX.¹⁴

No que diz respeito às transformações ocorridas internamente, o país acabava de deixar seu passado escravista imperial com a abolição e a Proclamação da República entre 1888 e 1889. Se politicamente com a nova constituição eram dados ares de modernidade ao se estabelecer uma República Federativa e Liberal, economicamente o país vinha desfrutando de nova integração com o mercado internacional, com crescentes exportações de café que, ao mesmo tempo, permitiam que tanto o capital internacional como os transbordamentos do comércio cafeeiro criassem uma nova gama de negócios e infraestrutura, como bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos. É evidente que essa passagem para a “modernidade” não se dava sem conflitos: “Da forma como estava disposto, o Estado – modernizado institucionalmente, mas fundamentado em mecanismos arcaicos de monopolização de poder – contribuía cada vez mais para o agravamento das clivagens e tensões regionais. De uma sociedade hierarquizada por pirâmides de parentela, de estruturas

¹² FERNANDES, 2005, p.175.

¹³ CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.

¹⁴ Para investimentos estrangeiros no Brasil, ver: CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

aristocráticas, para organizada segundo prestígios econômico-ocupacional”.¹⁵ Podemos dizer que a primeira década republicana foi o período de depuração das elites que emergiam no novo sistema político-social, cujo projeto somente seria concretizado no início do século XX.

A nova era da “modernidade” brasileira aparecia já com o ambiente em que as elites locais tentavam impor por meio das posturas municipais formas de estimular investimentos no intuito fomentar melhorias nos serviços públicos urbanos. É preciso destacar que com a promulgação da Constituição de 1891, de caráter federativo, as autoridades municipais detinham pleno poder para regular e colocar em prática os projetos de reformas urbanas.¹⁶ No Rio de Janeiro, por exemplo, com a nova constituição em vigor foi elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal, nº 85 de 20 de setembro de 1892, em que se determinava a renovação de todos os contratos de serviços públicos e exigia a necessidade de modernizá-los. Em Salvador, na Bahia, a Lei nº 330 de 4 de Julho de 1898, determinava, mais especificamente, a eletrificação dos bondes. Essa foi a mesma atitude tomada pelo Prefeito da cidade de São Paulo, Antonio da Silva Prado, que por meio da unificação dos contratos de transporte urbanos, de 11 de Maio de 1899, exigiu a eletrificação dos serviços de bondes e iluminação.¹⁷ Em São Paulo, ainda nos primeiros anos do século XX, outra lei municipal determinaria que os hotéis do centro da cidade deveriam introduzir elevadores em seus prédios, o que na oportunidade se explica menos como uma facilidade de locomoção – afinal os elevadores elétricos eram uma novidade em todo o mundo –, mas muito mais uma expressão do avanço da capital do café.

Em comum, as determinações buscavam apagar a imagem do atraso dessas cidades, tornar o espaço urbano muito mais do que ilhas de exportação, como foram as cidades coloniais. Era hora de superar o esplendor rural *versus* a miséria urbana, na dicotomia de Sérgio Buarque de Holanda, ou o perfil de centros urbanos como pequenos, pobres e sujos, nos dizeres de Caio Prado Jr.¹⁸ As cidades, com a expansão da rede ferroviária, tornaram-se as moradas das elites nacionais, não somente das elites comerciais como também agora agrárias. Com isso a preocupação com o mundo urbano cresceu e acelerando a promoção dos melhoramentos urbanos, tais como a construção de hotéis, jardins, passeios públicos, teatros e cafés. Como destaca Emília Viotti da Costa: “Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura”.¹⁹

Ao substituir o transporte público movido à tração animal e a iluminação pública a gás pela energia elétrica, tanto para movimentação dos bondes como para a iluminação elétrica, as elites indicavam o novo padrão de sociabilização interno e de se apresentar no exterior. Com isso, “A modernização, ao reproduzir determinado padrão civilização, serve para posicionar e legitimar as elites periféricas em relação às elites do centro do sistema capitalista. Portanto, os excessos que caracterizam o consumo de elite e a própria falsificação encontram sua justificativa não somente na luta de classes internas, mas também no posicionamento das elites nacionais em relação às elites europeias”.²⁰

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização tornou-se talvez o principal projeto político da elite brasileira.²¹ Antes dele, Rui Barbosa tinha se empenhado de construir outro trajeto para a economia brasileira, com incentivo à diversificação da produção e o desenvolvimento do setor industrial, mas que fracassou com a crise

¹⁵ OLIVEIRA, 2009, p.325.

¹⁶ SAES, Alexandre. *Conflitos do capital*. Baur: Edusc, 2010, cap.5.

¹⁷ SAES, Alexandre. “Modernizing Electric Utilities in Brazil: National vs. Foreign Capital, 1889–1930”. *Business History Review*, 87, Summer 2013, pp. 238-40.

¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.91; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.350.

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.256.

²⁰ OLIVEIRA, 2009, p.325.

²¹ BURNS, E. Bradford. “Cultures in conflicts: the implication of modernization in Nineteenth-Century Latin America”. BERNHARD, Virginia. *Elites, masses and modernization in Latin America, 1850-1930*. Texas: University of Texas Press, 1979 e SAES, 2010.

do encilhamento. Os acordos financeiros entre o recém-eleito presidente Francisco de Campos Sales e os credores estrangeiros do Brasil, em 1898, por outro lado, eram acordos que garantiam o saneamento financeiro e o reerguimento do crédito no mercado internacional, abrindo um projeto de modernização do país.²² Modernização no sentido de uma rápida absorção dos padrões de consumo internacionais, permitindo que nossa elite nacional desfrutasse dos mais modernos aparelhos urbanos do momento. Tais resultados foram vistos especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando o cenário econômico austero nacional e de abundância de capitais no exterior, auxiliaria os administradores municipais na realização dos projetos de modernização das cidades.

A modernização, é verdade, tornou-se um projeto bastante amplo que atingia os países da América Latina concomitantemente quase que por completo. Entretanto o impacto desses efeitos foi desigual pelas cidades da região: capitais, cidades portuárias ou sedes de atividades econômicas eram aquelas que mais claramente apresentariam suas transformações urbanas. Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, Cidade do México e Santiago do Chile eram centros comerciais e políticos, incorporaram mais rapidamente as ondas de transformação.²³ O Brasil, por sua vez, se aproveitou das reformas econômicas promovidas em fins do século XIX, quando com o saneamento monetário e a renegociação das dívidas estrangeiras, entraria no circuito dos investimentos dos países industrializados: era mais seguro investir no Brasil, e era mais barato para o Brasil assimilar as inovações do mundo urbano. Beneficiava-se o país desse cenário internacional de abundância de recursos e da valorização da moeda nacional – culminando com o estabelecimento do padrão-ouro em 1906 – que barateava o custo dos projetos de urbanização.

O acelerado processo de urbanização em que o Brasil se engajou – como um projeto político de transformação econômica e social liderada pela nova e emergente elite urbana – valeria profundas distorções na organização da sociedade brasileira. Se por um lado o acelerado processo de modernização auxiliou na incorporação de fatores de produção e, inclusive, na constituição de um mercado de trabalho assalariado no país, de outro lado, ao ser condicionado por elementos estranhos a realidade nacional, tais transformações tinham seu controle de maneira reduzida pelos grupos nacionais, assim como, não ocorrendo de maneira minimamente homogênea, ampliava as disparidades sociais e regionais.

É nesse sentido que a ideia de modernização serve à compreensão dessa faceta da produção intelectual de Simonsen que trabalhamos neste artigo. O autor de *História econômica do Brasil*, ainda como diretor da Companhia Construtora de Santos, como membro da Missão brasileira enviada à Inglaterra ou como personagem nos debates sobre o asfaltamento da cidade de São Paulo estava envolto no ambiente de se pensar a modernização brasileira. Do período em que Simonsen era aluno da Escola Politécnica até sua atuação nos anos 1920, o país passava por transformações em suas atividades econômicas, bem como na organização de seu espaço urbano: oportunidades econômicas eram criadas com a urbanização das cidades, o crescimento do mercado interno permitia a formação das primeiras indústrias no país, especialmente ligadas ao setor de bens de consumo não duráveis, e a política econômica era regida no sentido de garantir as rendas de exportação de café e de manter um câmbio estável e valorizado no intuito de fazer prevalecerem as condições favoráveis para a importação de bens e capital das economias centrais.

Dentro desse projeto de modernização, associado aos interesses de um capital que é mais mercantil do que propriamente ligado à produção agrícola ou industrial, a atuação de Roberto Simonsen, ao longo da República Velha, não pode ser associada à defesa de um projeto industrialista, nem a um nacionalismo econômico sólido, mesmo que Simonsen fosse um ator importante no processo de construção da consciência industrialista, já neste momento. Isso ficará claro a partir da análise de seus textos anteriores aos meados da década de 1920. Tanto a formação acadêmica de Simonsen quanto várias atividades que exerceu no período eram relacionadas com esse processo de modernização.

²² BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos de Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p.171.

²³ ROMERO, José Luis. *América Latina. As cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

2. A Escola Politécnica de São Paulo e a Missão à Inglaterra

Simonsen se formou pela Escola Politécnica de São Paulo, na turma de 1909. A própria criação da Politécnica, em 1893, inspirada no modelo do Polytechnikum de Zurique, mostra a busca, por parte da elite de São Paulo, de dotar o estado de uma instituição nos moldes europeus. A Escola deveria veicular um conhecimento técnico, que refletisse os avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, muito embora no Brasil a industrialização ainda estivesse em estágios iniciais, desenvolvendo-se sobre uma base técnica pouco sofisticada para os padrões da época. A formação de engenheiro civil na Politécnica significou, para Simonsen, o contato com um tipo de conhecimento específico, ligado ao projeto de modernização da elite paulista.

Nos textos iniciais publicados por Simonsen, dos anos 1910 e início da década de 1920, a preocupação dominante era o aumento da produção, a melhora do desempenho da unidade produtiva capitalista, por meio da racionalização dos processos produtivos e da conciliação de classes. Os trabalhadores, que deveriam ser bem pagos, tinham, para Simonsen, interesses convergentes com os dos patrões. A perspectiva nacional aparecia de forma relativamente difusa: pode ser resumida na ideia de que, pelo bem da sociedade, isto é, patrões e trabalhadores deveriam cooperar e chegar a acordos. A aceitação da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho clássica, como produtor de gêneros primários permanecia praticamente incontestada.

Em “Pelo Trabalho Organizado”, discurso que abre a coletânea *À margem da profissão*,²⁴ Roberto Simonsen louvava o trabalho conjunto, empreendido pelos operários durante o combate à gripe espanhola no município de Santos. O raciocínio subjacente à fala era centrado na importância do trabalho coletivo, organizado e cooperativo: uma preocupação inerente à organização privada da empresa capitalista. Uma perspectiva um pouco mais ampla aparecia quando Simonsen se referia a “vós, operários brasileiros, pioneiros de uma classe que apenas se esboça, a do proletariado nacional; vós, operários estrangeiros, que emigrastes de vossos países” e que teriam vindo buscar no Brasil a liberdade que a pátria lhes recusava.²⁵ A conclamação aos obreiros tinha um sentido claro de conciliação conservadora. Após louvar o espírito de solidariedade, Simonsen exortava: “E, agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção de liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes.” A referência era à Primeira Guerra Mundial.

Outro ponto a se destacar neste texto é a organização do trabalho. “Ha bastante tempo que me domina esse problema da organização industrial, – a organização científica, como a denominam os norte-americanos – que está sendo adoptada soffregamente pelos países mais adelantados, em todos os ramos de sua actividade, e que visa, em synthese: *a maxima economia na produção pela realização da maxima eficiencia.*”²⁶ O raciocínio era simples: a guerra devastara as nações e só se recuperariam, no esforço do pós-guerra, as empresas mais bem organizadas. Não se falava de planejamento em nível nacional. Deveria ser buscado o barateamento da produção, sem redução salarial, mas, sim, pela obtenção da maior eficiência no trabalho. Isto era constante no pensamento de Simonsen: elogiar os altos salários pagos nos EUA, dentro da lógica taylorista/fordista, reiterando que a redução dos custos deveria ser buscada na racionalização produtiva e não via

²⁴ Vários dos textos estudados aqui estão no livro de Simonsen *À margem da profissão*, abreviado nas citações como *MP*. A coletânea, publicada em 1932, reúne textos das décadas de 1910, 1920 e do início dos anos 1930. O último texto a ser incluído é “As finanças e a indústria – Conferência no Mackenzie College”, de 1931. Essa publicação foi, em conjunto com o livro *A construção de quartéis para o exército* (1931), uma tentativa de dar uma resposta à opinião pública sobre os questionamentos feitos a respeito das obras executadas pela Companhia Construtora de Santos sob encomenda do governo federal. Segundo as opiniões críticas circulantes à época, teria havido favorecimento nos contratos firmados entre a Companhia e o governo federal. Simonsen defende-se da acusação nas duas obras citadas.

²⁵ SIMONSEN, Roberto. “Pelo Trabalho Organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe hespanhola, a 9 de dezembro de 1918”. [1918a] IN: *MP*, pp. 17-21.

²⁶ SIMONSEN, 1918a, p. 19. Grifo do autor.

arrocho salarial.

A administração científica pode ser considerada, segundo Hobsbawm, uma “filha da Grande Depressão” dos anos 1870. F. W. Taylor (1856-1915), o fundador e principal divulgador desse tipo de estratégia de organização da produção, desenvolveu suas ideias ao longo dos anos 1880, para resolver problemas ligados à indústria siderúrgica norte-americana. Os principais fatores a impulsionar a criação da doutrina da administração científica teriam sido, para Hobsbawm, as pressões sobre os lucros, advindas da depressão econômica, e o tamanho e complexidade crescentes das firmas, que tornaram os métodos tradicionais, empíricos e improvisados, inadequados. O objetivo do “taylorismo”, como ficou conhecida a administração científica, era fazer com que os operários trabalhassem mais. Para isso, os três principais métodos utilizados foram: o isolamento do operário, transferindo-se o controle do processo de trabalho aos agentes da administração; a compartimentação sistemática dos processos em unidades componentes cronometradas; e a introdução de vários sistemas escalonados de pagamento, de forma a criar incentivos à maior produção por operário.²⁷

Essa preocupação com a organização científica do trabalho e a conciliação de classes, no texto de 1918 e em outros, dos anos seguintes, além de estar na ordem do dia nas primeiras décadas do século XX, certamente está ligada às referências intelectuais de Simonsen à época, adquiridas ao longo de sua formação acadêmica. Formado em 1909 pela Escola Politécnica de São Paulo, Simonsen foi aluno da cadeira intitulada “Economia Política, Direito Administrativo e Estatística”, na qual possivelmente obteve noções importantes de economia e organização do trabalho.²⁸ O próprio projeto pedagógico da Escola Politécnica de São Paulo estava ligado a esse tipo de tendência à produção e transmissão de um conhecimento técnico e prático, como reação à mentalidade livresca e ao bacharelismo, presentes no ensino superior brasileiro até então. Convém lembrar que, quando foi fundada a Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, havia, no Brasil, poucos cursos superiores formalizados e apenas uma escola de engenharia. Havia as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e, na área de engenharia, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto.²⁹ Esse número reduzido de instituições superiores ressalta o fato de que o ensino universitário era muito restrito no Brasil: no caso da turma de Roberto Simonsen, que concluiu o curso de engenharia civil, em 1909, graduaram-se apenas 13 alunos. Nesse sentido, o projeto da Politécnica era ligado a uma ideia de modernização elitista: embora questionasse o bacharelismo, a proposta era reproduzir uma instituição em moldes europeus para a elite paulista, com o objetivo de dar condições para que essa elite colocasse em prática seus projetos modernizantes.

A cadeira de “Economia Política, Direito Administrativo e Estatística” fazia parte do currículo do curso de engenheiros civis, da Escola Politécnica e, no período em que Simonsen foi aluno, era ministrada por Brazilio de Campos, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.³⁰ O programa da disciplina enfatizava Economia Política e Direito Administrativo. A parte referente a Economia Política era dividida em quatro seções: “Produção da riqueza”, “Circulação da riqueza”, “Distribuição da riqueza” e “Consumo da riqueza”. A seção referente à produção não apresenta exatamente teorias – não se mencionam autores clássicos, nem são citados manuais estrangeiros – mas, sim, uma descrição do processo de produção e de seus instrumentos e um conjunto de condições e recomendações para o desenvolvimento da produção. Depois dos itens referentes ao processo (1) e aos instrumentos de produção (2), os itens do programa se apresentam da seguinte maneira:

3. Como a industria aumenta e progride
4. Condições geraes que concorrem para o desenvolvimento da producção

²⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 71-72.

²⁸ Anuario da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909. Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Ver, também, SANTOS, 1985, pp. 145-150.

²⁹ AIDAR, José Luiz; CYTRYNOWICZ, Roney; ZURQUIM, Judith. *Escola Politécnica 100 anos*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993.

³⁰ Pasta do professor Brazilio de Campos. Arquivo Histórico da Escola Politécnica.

5. Condições especiais favoráveis ao desenvolvimento da produção
 - I. Condições intrínsecas ou de organização. a) Divisão do trabalho. b) Systema de remuneração do trabalho. Trabalho por unidade de obra; participação dos operários nos benefícios da indústria. c) Associação
 - II. Condições extrínsecas. d) Máquinas, instrumentos, invenções e descobertas. e) Qualidades pessoais dos trabalhadores.
 - III. Condições sociais. f) Liberdade de trabalho. g) Regimen militar.
6. Organização do trabalho.
 - I. Socialismo. (...). Refutação geral dos sistemas socialistas.
 - II. Comunismo. Absurdo das teorias comunistas; insucessos práticos.
 - III. Systema regulamentar.
7. Indústrias ou ramos de produção. Classificação das indústrias; ordem natural em que se desenvolvem.
8. Regimen económico das indústrias.
 - I. Indústria agrícola.
 - II. Indústrias manufatureira e comercial.³¹

Percebe-se que o programa da disciplina procura responder a questões relativas ao incremento da produção, mais do que a questões teóricas. Era uma economia essencialmente aplicada. Questões abordadas no programa, como as condições gerais de incremento da produção, o sistema mais eficiente de remuneração do trabalho, a recusa ao socialismo e ao comunismo como alternativas políticas estarão presentes ao longo da obra de Simonsen, tanto nos primeiros textos quanto em elaborações posteriores. Nesse sentido, é importante reter que Simonsen adquiriu, em seu curso universitário na Politécnica de São Paulo, uma formação em engenharia calcada num projeto de modernização, cuja pedagogia era voltada para o ensino técnico e contrário ao bacharelismo. Ademais, teve um contato com a economia política, como disciplina, a partir de um programa voltado para questões de organização produtiva e marcado por uma visão de que os interesses capitalistas deveriam prevalecer sobre os do trabalho.

A administração científica do trabalho será uma questão importante e recorrente para Simonsen: para além dos vários escritos em que tocou no assunto, Simonsen foi, em 1931, um dos fundadores do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), importante instituição de difusão dos princípios do taylorismo no Brasil. Ao longo dos anos 1930, houve uma preocupação em estender essa ideia da produção racional e controlada por normas ao conjunto da economia. A participação de Simonsen na fundação IDORT é uma mostra dessa dimensão de sua atuação: Simonsen foi, certamente, um dos pioneiros da difusão do taylorismo no Brasil. Ainda que suas preocupações intelectuais se diversificassem ao longo dos anos 1930, levando-o a abordar temas abrangentes, como a história econômica e a teoria do comércio internacional, a questão da generalização da organização científica do trabalho continuou permeando os textos e discursos de Simonsen, como é o caso de sua contribuição à Jornada Contra o Desperdício de Espaço, promovida em dezembro de 1938 pelo IDORT.

Observo ainda, com viva satisfação, que diversos engenheiros, que naquela empresa [a Companhia Construtora de Santos], tiveram os seus primeiros postos de responsabilidade na vida profissional, hoje aqui trabalham pelo engrandecimento do IDORT, para onde trouxeram aquela orientação, procurando difundir-la e desenvolvê-la no interesse geral da comunidade.³²

Alguns textos, presentes na coletânea *Ensaios sociais, políticos e econômicos* (1943) enquadram-se nessa perspectiva de racionalização do trabalho em nível mais amplo. Ganhava

³¹ Programma da Quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriaes e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas – 1913. Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Fundo Escola Polytechnica (1892-1934). Caixa 19.

³² SIMONSEN, Roberto. *Ensaios sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943. (abreviado como *ESPE*). Essa coletânea, publicada por Simonsen em 1943, reúne textos, em sua maioria discursos e outros textos curtos, escritos pelo autor nos anos 1930 e início dos anos 1940.

importância a institucionalização da organização científica do trabalho, por meio de órgãos como o já referido IDORT e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940. Em discurso pronunciado em 1941, por ocasião da 4ª reunião da ABNT, em São Paulo, Simonsen reiterou a importância da padronização produtiva realizada pela Associação.

Iniciada modestamente, pelas primeiras convenções de laboratórios e atividades interessadas, a campanha pela padronização dos métodos de ensaios e de pesquisas já evoluiu, em movimentação nacional, integrando-se numa associação de normas técnicas, que, limitando por enquanto sua atuação, abrange, no entanto, em seus propósitos: o aperfeiçoamento permanente e progressivo da técnica, da indústria e da engenharia em nosso país.³³

De volta à coletânea *À margem da profissão*, vale mencionar a questão da vocação agrícola brasileira, ligada a um projeto modernizante que tinha como característica importante a sua limitação: era necessário superar algumas estruturas atrasadas, isto é, tornar certos setores mais produtivos e, portanto, mais competitivos, mas sem mudanças mais profundas na inserção internacional da economia brasileira. A ideia de vocação agrícola estava claramente presente no discurso intitulado “Orientação Agrícola Brasileira”³⁴. A produção primária era apontada como atividade-chave para geração de riqueza, como era de se esperar num discurso proferido em solenidade oferecida ao Ministro da Agricultura. Até no caso dos EUA, a atividade merecia papel de destaque: “Foi nella [agricultura] que a America buscou os elementos de vida para suas industrias ás quaes a lavoura não proporcionou apenas as matérias-primas, mas proporcionou também os seus capitães”.³⁵ O argumento central era que se devia, por meio do uso de técnicas científicas, incrementar a produção agrícola brasileira, nos moldes do que ocorreu nos EUA. Ressaltava-se o papel do Estado americano como fomentador da produção agrícola, distribuindo sementes, divulgando novas técnicas e métodos, mas Simonsen é enfático ao afirmar: “A acção do Estado nada tem alli de burocratica”.³⁶

A preocupação central era que, sobretudo no pós-Primeira Guerra, “a produção, para ter eficiencia economica precisará, pois, assentar em bases scientificas”. Nesse sentido, “Adeus ao doce 'laisser-aller' doutro tempo. Adeus aos negocios feitos ao acaso.”³⁷ Mais do que uma defesa do protecionismo ou da intervenção deliberada do Estado nos negócios, o que havia era um deslocamento do eixo de importância: seriam o trabalho humano e a organização científica deste, fomentada pelo Estado “não-burocrático”, que permitiriam a exploração agrícola.

No que tange ao Brasil, Simonsen fez uma descrição relativamente detalhada do território nacional, associando a “historia da exploração de nossas riquezas naturaes” à “historia da nossa conformação geológica”, para exortar a “exploração generalizada e intensiva das nossas riquezas”, com a consequente promoção de relações interestaduais “para que a nacionalidade brasileira se mantenha una”³⁸. Era o mesmo princípio: aplicar métodos mais eficientes para um melhor aproveitamento da riqueza. Destacam-se nesse discurso a aplicação às atividades agrícolas do princípio da organização do trabalho como forma de aumentar a produtividade e a valorização da agricultura como atividade-chave, não só do Brasil, mas também do desenvolvimento dos EUA, país que, ao lado da Inglaterra, era recorrentemente tomado como modelo. Roberto Simonsen uniu, neste texto, suas preocupações ligadas ao aumento da produtividade e à organização da produção, com a necessidade de valorizar as atividades agrícolas para se legitimar perante um público ligado a este setor. Certamente, o público-alvo do discurso teve influência sobre seu conteúdo – o evento era dedicado ao Ministro da Agricultura –, o que não invalida a ideia de que as preocupações de

³³ SIMONSEN, Roberto. “A indústria e as pesquisas tecnológicas”. [1941]. IN: *ESPE*, p. 231.

³⁴ SIMONSEN, Roberto. “Orientação Agrícola Brasileira – Saudação ao Ministro da Agricultura, Exmo. Sr. Dr. Padua Salles, no banquete que lhe ofereceu a cidade de Santos, a 27 de Dezembro de 1918”. [1918b]. IN: *MP*, pp. 25-33.

³⁵ SIMONSEN, 1918b, p. 28.

³⁶ SIMONSEN, 1918b, p. 29.

³⁷ SIMONSEN, 1918b, p. 28.

³⁸ SIMONSEN, 1918b, pp. 31-32.

Simonsen, neste início de sua carreira, são distintas daquelas que terá em momentos posteriores.

Simonsen publicou dois excertos de Relatórios, que apresentou à Diretoria e à assembleia de acionistas de sua empresa, a Companhia Construtora de Santos, em 1918 e 1919. O Relatório de 1918 será analisado na próxima seção. No Relatório de 1919, o foco era mais diretamente o problema da remuneração do trabalho. O autor defendia que os industriais reconhecessem o descontentamento de seus operários e proporcionassem a justa remuneração do trabalho, “se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas.”³⁹. Segundo Simonsen, o conflito de classes ocorreria por buscarem os dois grupos – capitalistas e trabalhadores – apenas interesses imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade. Simonsen culpava o mau sistema de pagamento por essa situação, em que os operários se reúnem coletivamente para lutar contra os patrões. Tal problema deveria ser resolvido por meio do estudo científico do processo produtivo e da individualização do trabalhador. Esse sistema científico deveria premiar, com equidade, o esforço pessoal e a variação de produtividade de um homem para outro, bem nos termos da administração científica ou “taylorista” mencionados acima. A questão operária – habitação e salário – está presente com força nesses relatórios de 1918 e 1919, como reflexo de um momento de reivindicações trabalhistas sobre o qual convém deter-se um pouco mais.

Influenciado por ideias anarquistas,⁴⁰ o movimento operário não despertara muita atenção da mídia e das elites brasileiras até 1917. A grande agitação trabalhista da Primeira República deu-se entre 1917 e 1920, quando se modificou essa situação, com um importante ciclo de greves nas duas principais cidades do país. Associados a essas paralisações, estão alguns fatores importantes: o agravamento da carestia, em decorrência da Primeira Guerra Mundial e a vaga revolucionária europeia, aberta com a Revolução Russa. Entre 1917 e 1920, o número de greves em São Paulo chegaria a mais de cem e no Rio de Janeiro, ultrapassaria sessenta, refletindo uma clara mudança de conjuntura. A sindicalização ganhou ímpeto e o movimento ganhou a imprensa, passando a preocupar a elite dirigente. O foco das paralisações foram as fábricas propriamente ditas, sobretudo as têxteis, onde havia um grande número de mulheres e crianças trabalhando.

As reivindicações dos trabalhadores eram mais relacionadas à melhoria de suas condições de vida do que à revolução social, ainda que houvesse setores movidos pelo ideal de uma sociedade igualitária. Um exemplo disso foi o Comitê de Defesa Proletária, que se formou em São Paulo em 1917 e que tinha como pontos principais de sua pauta: aumento de salários, interdição ao trabalho de menores de catorze anos, abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de dezoito anos, jornada de oito horas, fim do trabalho nos sábados à tarde, garantia de emprego, respeito ao direito de associação.

Dentre as greves gerais do período, a mais marcante foi a de junho/julho de 1917, em São Paulo, tendo permanecido mais forte na memória histórica do movimento. Começando por duas fábricas têxteis, estendeu-se para quase toda a classe trabalhadora da cidade. Bairros operários como Brás, Mooca e Ipiranga estiveram por dias em mãos dos grevistas. O governo mobilizou tropas para repressão e a Marinha chegou a enviar dois navios de guerra a Santos. Houve, ao final,

³⁹ SIMONSEN, 1918/1919, p. 49.

⁴⁰ O movimento operário da Primeira República teve características distintas nos dois principais centros industriais do Brasil. De forma bastante simplificadora, pode-se dizer que, no Rio de Janeiro, teria predominado um sindicalismo de resultados, baseado em ideias socialistas, voltado para reivindicações pontuais, como aumento salarial, salubridade no trabalho, redução da jornada. Na cidade de São Paulo, ganhou força o anarcossindicalismo, que tinha em seus horizontes uma transformação mais radical da sociedade, a ser alcançada por meio da greve geral revolucionária. Os ideais previam uma sociedade sem classes, sem Estado, organizada numa livre federação de trabalhadores. Não haveria, para os anarquistas, o interlúdio do Estado forte, administrado pelo proletariado: a luta se daria sem o Estado e até mesmo contra o Estado. Na prática, os anarquistas acabaram por pugnar pelas mesmas reivindicações feitas por seus adversários socialistas, dada a distância entre seus ideais e a realidade brasileira. Esse panorama do movimento operário brasileiro na Primeira República está em: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009. cap. 6. Para uma visão mais aprofundada do tema, ver: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

um acordo com os industriais e o governo, mediado por um Comitê de Jornalistas: o resultado foi um aumento salarial e vagas promessas de atendimento às demais reivindicações. No início dos anos 1920, o movimento começou a arrefecer, devido às dificuldades de organização e de obtenção de êxitos e à repressão, que se intensificou, perseguindo especialmente os líderes operários estrangeiros.⁴¹

Toda essa agitação trabalhista gerou preocupações no empresariado: era necessário responder às questões colocadas pelo movimento. No caso de Simonsen, a resposta, neste momento, era de cunho fordista: passava pela criação de condições materiais para o operariado e pelo pagamento de salários baseados na produtividade. Esse raciocínio era permeado por uma lógica corporativista de conciliação de classes.

De facto, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo: daí a viabilidade em ser obtida a solução harmonica dos interesses das duas classes por investigações scientificas das condições reaes do trabalho e pela applicação intelligente das leis economicas que regem a producção”.⁴²

Esse tipo de resposta às questões operárias, que procurava escamotear o conflito entre capital e trabalho, estava presente no conteúdo dado na disciplina de “Economia Política” da Escola Politécnica, referida acima, cursada por Simonsen. A seção dedicada à “Distribuição da riqueza” apresenta os seguintes tópicos, dentro do item “Da parte [da riqueza] que cabe ao empresário”: “Legitimidade do lucro do empresário. Causas que influem sobre a quota de lucros. Do pretendido antagonismo entre o lucro e o salário. Paredes de operários, meios de evital-as ou de atenuar seus efeitos”.⁴³

Em 1919, Simonsen recebeu um convite que lhe proporcionou um destaque novo, permitindo-lhe extrapolar o meio empresarial santista: foi chamado a integrar a Missão à Inglaterra, formada pelo governo brasileiro e chefiada por Pandiá Calógeras, a qual iria à Grã-Bretanha, nas palavras de Simonsen “não á cata de representações ou visando um incremento provisorio de relações commerciaes, mas sim conhecer em seus largos traços os grandes progressos da indústria ingleza, e ficarem habilitados a aconselhar quaes os productos e methodos que possam ser aproveitados para a intensificação economica do Brasil”⁴⁴. Neste mesmo discurso, proferido ainda no Brasil, vale destacar a crítica feita por Simonsen ao hábito dos brasileiros de encaminharem seus filhos para as profissões liberais, em vez de incentivá-los a dedicarem-se aos “negócios” ou às profissões técnicas.⁴⁵ Isso era parte do projeto pedagógico e acadêmico dentro do qual Simonsen recebeu sua formação em engenharia, na Politécnica de São Paulo: combate ao bacharelismo e à mentalidade livresca.

No que tange aos “aspectos brasileiros”, Simonsen via um problema de ausência de aparelhamento técnico como o grande entrave ao enriquecimento do Brasil. “O Brasil sem minas de carvão, no estado actual da sciencia, tinha de ser naturalmente, em primeiro logar agricola e pastoril. O combustivel barato attrahe a industria; o salario alto attrahe o braço e consequentemente a população; o povoamento condensado amplia o mercado e valoriza as terras, criando riquezas e formando organizações”.⁴⁶ É interessante que, embora fosse reconhecida a vocação agrícola – e os outros textos da “Missão à Inglaterra” confirmam esse reconhecimento – ela não aparecia como algo irremediável em si, estando associada ao “estado actual da sciencia”. Nesse trecho, há o esboço de um raciocínio econômico logicamente encadeado: uma melhora de produtividade na extração de

⁴¹ FAUSTO, 2009, cap. 6.

⁴² SIMONSEN, 1918/1919, p. 49.

⁴³ Programma da Quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriaes e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas – 1913. Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Fundo Escola Polytechnica (1892-1934). Caixa 19.

⁴⁴ SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – A) Orientação commercial brasileira”. [1919a]. IN: *MP*, pp. 65-66.

⁴⁵ SIMONSEN, 1919a, p. 59.

⁴⁶ SIMONSEN, 1919a, p. 62.

combustível reduz os custos para a indústria, que se instala e pressiona os salários. Cria-se um afluxo populacional e valorização das terras: em suma, criam-se riquezas. Fica claro, todavia, que, neste momento, a ênfase era muito mais no aproveitamento da inserção primário-exportadora do Brasil do que em qualquer tentativa de se pensar a sua superação.

A despeito de uma valorização retórica da indústria, a sequência de discursos e artigos que compõem a “Missão à Inglaterra” mostra que as preocupações de Simonsen estavam voltadas para o reforço da corrente comercial já existente, de produtos primários. Os temas dos artigos são ilustrativos: “A indústria de carnes frigoríficas no Brasil”⁴⁷ e “Oportunidades para negócios de madeira no Brasil”.⁴⁸

No caso do setor de carne congelada, Simonsen defendia propostas como o estabelecimento de linhas regulares de navios frigoríficos entre Inglaterra e Brasil, inversão de capitais ingleses em terras e na indústria pecuária brasileira e a fundação de agências vendedoras de máquinas e de vagões frigoríficos. O período em questão de fato foi importante para o desenvolvimento da indústria frigorífica no Brasil: estimulado pela escassez de carne e derivados na Europa durante a Primeira Guerra, o setor frigorífico brasileiro recebeu importante incentivo governamental por meio do Decreto Legislativo 3.347, de 3 de outubro de 1917, que concedeu, por cinco anos a contar de 30 de junho de 1917, isenção de direitos alfandegários para qualquer importação de equipamento, maquinaria e utensílios não fabricados no Brasil, necessários à implantação de frigoríficos. Essa legislação, considerada exitosa, ensejou a criação de cinco frigoríficos no Brasil, sendo um deles em Santos, administrado pela já referida Companhia Frigorífica de Santos, que foi incorporada por Roberto Simonsen. Tal empresa, entretanto, era controlada pela Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, que era de propriedade de Antônio Prado e Alexandre Siciliano. Os abates excessivos no período da guerra e uma geadas em julho de 1918 colocaram a indústria frigorífica em dificuldades, situação que foi agravada pela valorização do mil-réis em 1919 e 1920: o resultado foi uma absorção das grandes empresas do setor pelo capital estrangeiro. A referida companhia incorporada por Simonsen foi encampada pelo Frigorífico Anglo, de origem britânica, em 1924.⁴⁹

Ainda na sequência da Missão à Inglaterra, há um texto sobre metalurgia, no qual Simonsen reiterava a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho: “Nós viemos de um paiz reconhecidamente rico em minerios de toda sorte. Vós tendes a experiencia e o capital: nós, a materia prima e a ancia do progresso. O estabelecimento de succursaes de vossas industrias no paiz e a collaboração de vossos elementos de trabalho no desenvolvimento de nossas riquezas naturaes concorrerão sem duvida para o estreitamento do intercambio anglo-brasileiro”.⁵⁰

Reitera-se a ideia de um projeto de modernização, no sentido da sofisticação dos padrões de consumo, e ideias de racionalização produtiva, no âmbito da divisão internacional do trabalho tradicional. A frase seguinte sintetiza isso: “O Velho Brasil que entre o vosso povo tão pittorescamente ficou conhecido pelas suas castanhas, transformou-se em um Novo Brasil, que está neste momento desenvolvendo sua produção, justamente em artigos que a Inglaterra consome largamente”⁵¹. Ou seja: tratava-se de “desenvolver a produção”, mas de produtos exportáveis para a Inglaterra. Além de integrar a Missão à Inglaterra, Simonsen foi, nesta mesma viagem, o delegado brasileiro ao Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris, onde apresentou um

⁴⁷ SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – D) A Industria de Carnes Frigorificas no Brasil. Artigo publicado no ‘Times’, de Londres, a 19 de Julho 1919” [1919b]. IN: *MP*, pp. 72-77.

⁴⁸ SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – E) Oportunidade para Negocios de Madeiras no Brasil. Artigo publicado no ‘Times’ de Londres, conjuntamente com o Dr. Manoel de Souza Bandeira, em Julho de 1919”. [1919c]. IN: *MP*, pp. 65-66.

⁴⁹ SUZIGAN, 2000, pp. 349-361.

⁵⁰ SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – F) A Industria Metalurgica. Palavras pronunciadas em Swansea, no Cameron Hotel, em agradecimento á saudação de F. W. Gilbertson, Presidente da Bolsa de Metaes de Swansea, a 14 de Agosto de 1919” [1919d]. IN: *MP*, p. 85.

⁵¹ SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – B) Relações Anglo-Brasileiras. Palavras pronunciadas no Savoy Hotel, em Londres, a 28 de Junho de 1919, no banquete offerecido pela Federação dos Industriaes Britannicos á Delegação Commercial Brasileira”. [1919e]. IN: *MP*, p. 69.

estudo, em 4 de setembro de 1919⁵². De acordo com o próprio Simonsen, o estudo foi bem recebido e resultou na vinda de Arno Pearce ao Brasil, com o intuito de verificar o que a Federação Internacional dos Industriais de Algodão poderia fazer para melhorar a cultura desse produto no Brasil.

3. Simonsen e questões urbanas: Santos e São Paulo

A vida profissional de Simonsen se iniciou, talvez por influência do avô materno⁵³, na *Southern Brazil Railway*, onde trabalhou de 1909 a 1910. Entre 1911 e 1912, trabalhou na Prefeitura de Santos, como diretor-geral e, depois, engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município de Santos. Nessas funções, Simonsen organizou um plano de melhoramentos da cidade, que incluía recalçamento de ruas, drenagem de águas pluviais e estudos sobre passeios e arborização. Em 1912, retirou-se da prefeitura para fundar, com alguns amigos, aquela que seria a célula-mãe de suas empresas: a Companhia Construtora de Santos.⁵⁴

Esta Companhia construiu diversas residências, vilas operárias, armazéns, teatro, matadouro, frigoríficos, igrejas, campos esportivos, bancos, bem como obras de calçamento de ruas. Numa tentativa de “criar mercado” para as realizações da Companhia, foram organizados outros empreendimentos, sempre com participação da empresa principal: apareceram, então, a *Companhia Santista de Habitações Econômicas*, a *Companhia Parque Balneário*, a *Companhia Brasileira de Calçamentos* e a *Companhia Frigorífica de Santos*. Obras marcantes dessas empresas são, no município de Santos, o monumento aos Andradas, o edifício da Bolsa do Café e o bairro operário de Vila Belmiro. No Relatório da Companhia, de 1918, publicado em *À margem da profissão* (1932), o autor procurou se defender de ataques dirigidos à Construtora, por parte de “certa imprensa de Santos”. Sua prestação de contas referia-se às empresas mencionadas acima, de cuja administração Simonsen participou, à parte do cargo de diretor da Companhia Construtora de Santos.

A “Companhia Santista de Habitações Econômicas” merece alguma atenção, por ter sido idealizada para a construção, em Santos, de uma vila operária modelo, em período considerado chave na história da construção de vilas operárias no Brasil. Segundo Palmira Petratti Teixeira⁵⁵, datam da década de 1890 os primeiros documentos em que se aventava a construção de vilas operárias, no entorno da cidade de São Paulo, como forma de melhorar – ou “higienizar” – as precárias condições preexistentes nos cortiços. Nas duas primeiras décadas do século XX, a construção de vilas operárias tornou-se negócio lucrativo: houve um movimento, do qual a empresa de Simonsen parece beneficiar-se, de incentivo estatal à iniciativa privada, para que se construíssem moradias operárias. O poder público limitou os juros para o capital investido em tais empreendimentos, tornando-os mais rentáveis.

A construção dessas vilas também está inserida num projeto racional de moldagem de um novo trabalhador⁵⁶: se até os anos 1910, as medidas preconizadas pelos empresários ao lidar com os trabalhadores eram de caráter punitivo, o novo trabalhador que começa a surgir neste momento atua numa fábrica higiênica, que funciona de acordo com os princípios racionais defendidos por Simonsen e por outros empresários, como Jorge Street. Esses operários tinham diante de si não mais padrões arbitrários, mas, sim, benfeitores e preocupados com seu bem-estar. No limite, a construção

⁵² SIMONSEN, Roberto. “Missão à Inglaterra – I) Possibilidades Algodoeiras no Brasil. These apresentada ao Congresso Internacional dos Industriais de Algodão realizado em Paris, a 4 de setembro de 1919, onde o autor foi delegado unico do Brasil”. [1919f]. IN: *MP*, pp. 91-99.

⁵³ Simonsen fez os estudos secundários no Ginásio Anglo-Brasileiro, tendo mudado de Santos para São Paulo, para morar com o avô materno. O avô de Roberto Simonsen, o engenheiro Wallace da Gama Cochrane, trabalhou nas estradas de ferro Central do Brasil e Santos-Jundiá. Wallace Cochrane foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de 1870 a 1879 e fez parte da primeira diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ver LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

⁵⁴ Anuário da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909. Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Ver, também, SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1894-1984)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP, 1985. pp. 46-48; e AIDAR et al, 1993.

⁵⁵ TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp. 69-101.

⁵⁶ TEIXEIRA, 1990, p. 74.

de vilas operárias era parte do projeto mais geral de modernização pelo alto, que estava associado à construção de uma hegemonia ideológica burguesa, na medida em que permitia que vigorassem, não só no interior da fábrica, valores ligados à racionalização e ordem.

Com apoio da Câmara Municipal de Santos e de Belmiro Ribeiro⁵⁷ para obtenção do capital inicial e escolha do terreno, Simonsen criou a referida Companhia de Habitações, construtora de casas operárias, com capital inicial de 500 contos. A principal realização da empresa foi a construção do Bairro Modelo, ou Vila Belmiro, cujo arruamento, nas palavras de Simonsen, “obedece aos mais modernos preceitos da ‘Town-planning’”.⁵⁸ Tratava-se de transpor, para as habitações operárias, aquilo que Simonsen defendia como princípio norteador da produção: a organização racional. Em seu relatório, Simonsen nota, no entanto, que as casas construídas por sua Companhia não eram habitadas por operários propriamente ditos: “nunca foram ellas [as casas] habitadas por operarios, propriamente, mas sim por elementos da classe média, os ‘operários de casaca’”.⁵⁹ De fato, o preço mencionado por Simonsen, 60\$000 pelo aluguel de uma casa em Vila Belmiro, parece incompatível com a renda que um trabalhador braçal da época despenderia com habitação, ao se tomar a cifra apresentada por Palmira Petratti para a renda média desse tipo de trabalhador, em São Paulo: entre 60\$000 e 75\$000.

O estudo de Ana Lanna corrobora o relatório de Simonsen, ao salientar que o projeto de construção de habitações operárias em Santos, encampado pela Companhia Construtora, falhou devido à concorrência imposta pela construção clandestina de casas de madeira. O foco da empresa teria passado, a partir de então, à construção de palacetes sofisticados na região das praias. A autora insere essa tentativa de construção de moradias operárias no cenário de “guerra aos cortiços”, parte do processo de transformação urbana, vivido pela cidade de Santos sob a égide do grande capital ligado ao café. Era necessário criar uma cidade para o comércio e para o consumo das elites, de acordo com padrões europeus: traços do cotidiano das populações trabalhadoras – jogos, festejos e mesmo as formas de morar – foram colocados no território do indesejável. Os cortiços, bem como seus habitantes, eram encarados como promíscuos, devendo ser alijados da nova vida urbana incorporada pela elite.⁶⁰

Fora de Santos, as obras mais destacadas do grupo empresarial de Simonsen foram os quartéis construídos para o Exército, entre 1922 e 1923. As obras para o Exército foram de porte considerável, chegando a empregar, em alguns meses, mais de 15.000 operários espalhados pelo território nacional. Foram construídos quartéis no Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este episódio da construção dos quartéis pela Companhia Construtora de Santos foi relatado por Simonsen em livro de 1931, cujo objetivo era a defesa contra críticas, circulantes à época, de que haveria favorecimento nos contratos firmados entre a Companhia e o governo federal. As obras foram contratadas por Pandiá Calógeras, ministro do governo de Epitácio Pessoa. Tiveram início em 1921 e foram suspensas em 23 dezembro de 1924 por decreto presidencial. Os motivos para a suspensão, alegados por Simonsen, para a paralisação das obras eram a instabilidade reinante no Rio Grande do Sul, onde se concentravam as obras ainda em andamento, e as dificuldades financeiras do Tesouro Nacional. Das 53 obras contratadas, Simonsen registra que 38 haviam sido entregues até meados de 1924.⁶¹

A inserção de Simonsen na lógica da modernização também aparece no caso da obra para a Bolsa do Café. O Palácio da Bolsa do Café, construído pela Companhia, é um edifício emblemático da força hegemônica do grande capital mercantil, ligado à economia cafeeira. Principal porto de escoamento do café, Santos viveu intensas transformações no começo do século XX, dentro do

⁵⁷ Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva foi um político influente na cidade de Santos, na Primeira República.

⁵⁸ SIMONSEN, Roberto. “Problemas de Administração – Excerptos dos Relatorios apresentados á Directoria e assembléa de accionistas da Companhia Construtora de Santos em 1918 e 1919”. [1918/1919]. IN: *MP*, pp. 37-53.

⁵⁹ SIMONSEN, 1918/1919, p. 41.

⁶⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. “A transformação urbana: Santos 1870-1920”. IN: *Revista USP*. n. 41, março-maio. São Paulo: USP, 1999.

⁶¹ SIMONSEN, Roberto. *A construção de quartéis para o Exército*. São Paulo: sem editora, 1931. pp. 111-114.

processo de modernização pela via da incorporação de novos padrões de vida imitados do exterior, por parte das elites. A Bolsa do Café teria sido um marco urbano dessa modernização: de acordo com Ana Lanna, o Palácio da Bolsa refletia o projeto da elite cafeeira, que vinculava a produção de riqueza ao campo, sendo a cidade o lugar do comércio e do dispêndio determinado por padrões imitados do estrangeiro.

A proposta elaborada por essa elite [cafeeira] compreendia um campo produtor onde residiria a maioria dos trabalhadores, inclusive imigrantes. Contraposta e vinculada a esse universo rural, a cidade aparecia formulada utopicamente como lugar de comércio e consumo, europeizada, lugar privilegiado das elites e de uma população trabalhadora necessária mas colocada sob severos controles e restrições. Não por acaso as esculturas que adornavam a fachada do edifício [da Bolsa] simbolizavam a agricultura e o comércio. A cidade aparecia no Palácio apenas através dos painéis internos executados por Benedito Calixto.⁶²

Simonsen era, nesses anos iniciais do século XX, um empresário preocupado com questões de eficiência e organização produtiva, no âmbito de suas empresas, mas não havia um questionamento da lógica da economia agroexportadora, nem uma ideia de atraso a ser superado pela via da industrialização. Sua atuação como empresário se dava no sentido de participar do processo de modernização em curso, sem que esse processo em si fosse questionado de forma contundente, como fará em momentos posteriores.

Um exemplo do tipo de questão que interessava a Simonsen nesse momento é a controvérsia sobre o asfaltamento em São Paulo, entre o próprio Simonsen e Victor da Silva Freire, que se deu na imprensa paulistana e resultou na publicação de um pequeno volume, em 1923, contendo os pareceres trocados entre os dois engenheiros.⁶³ A discussão se dava em torno do tipo de calçamento que deveria ser utilizado na cidade de São Paulo, no início da década de 1920. A participação de Roberto Simonsen no episódio se deu por meio de uma controvérsia com Silva Freire, engenheiro e professor da Escola Politécnica, em torno de uma questão puramente técnica, travada nos termos da época e utilizando referências estrangeiras, sobretudo americanas e francesas. O objeto da polêmica é a atribuição dos problemas existentes no calçamento de São Paulo ao tipo de betume utilizado na composição da massa asfáltica. Sem entrar nos pormenores da discussão, de resto técnica e datada, convém ressaltar que a controvérsia resvala para uma oposição entre uma postura mais empírica, defendida por Silva Freire, e uma posição mais “científica”, mais valorizadora dos “testes realizados em laboratório”, que era a de Roberto Simonsen.

Para além do conteúdo em si, de caráter técnico e aplicado, vale observar que Victor da Silva Freire era, à altura, o Diretor de Obras Públicas da Municipalidade de São Paulo, responsável por implantar importantes medidas urbanísticas na capital paulista, no início do século XX. Essas medidas estariam vinculadas a um projeto de higienização urbana, por meio da implantação de um projeto de cidade salubre. Teria sido Freire o responsável pela introdução, na legislação municipal paulistana, dos conceitos de “isolamento” e “aeração”, que operaram modificações importantes na paisagem urbana, como alterações no formato das janelas, que visavam a uma melhor ventilação, dentro da ideia de casa salubre. Também se credita a Victor da Silva Freire o plano do Vale do Anhangabaú, que deveria ser uma espécie de pulmão, higienizando o triângulo central paulistano e tornando a área um local de recreio e usufruto estético.⁶⁴ O triângulo formado pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita era o local onde se “ostentavam todas as manifestações do progresso” da elite urbana cafeeira, concentrando os melhoramentos urbanos, o setor financeiro e o

⁶² LANNA, 1999, pp. 104-105.

⁶³ SIMONSEN, Roberto e QUEIROZ, Luiz Augusto Pereira. *O calçamento de asfalto em São Paulo*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild, 1923. O livro contém os seguintes artigos: 1. “O asfaltamento de São Paulo”, originalmente publicado no “Estado de São Paulo”, de 23 e março de 1923. 2. “A questão do asfalto”, originalmente publicado no “Estado de São Paulo”, de 25 de março de 1923. 3. “O asfaltamento de São Paulo”, publicado no “Estado de São Paulo”, em 17 de abril de 1923.

⁶⁴ Ver SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. “A pesquisa e o debate urbanístico em São Paulo (1900-1920): as proposições em torno do tema da ‘casa e cidade salubres’”. IN: *Arq.urb.* n. 01. São Paulo: USJT, 2008.

comércio mais luxuoso da capital, com as edificações mais imponentes da cidade de início do século XX.⁶⁵

A discussão com Victor da Silva Freire, travada em público, no “Jornal do Commercio” e no “Estado de São Paulo”, entre março e abril de 1923 se dá sobre um tema diretamente ligado ao processo de modernização vivido pelo Brasil neste momento: a preocupação, tanto de Simonsen quanto de Silva Freire, era bem aplicar os princípios consignados nos manuais americanos e franceses ao calçamento paulistano. O próprio projeto de higienização urbana levado a cabo por Victor da Silva Freire em São Paulo, semelhante ao que também se implementava no Rio de Janeiro, no âmbito das reformas de Pereira Passos, é exemplar desse período de modernização que passa pelos serviços urbanos e pela imitação de padrões de vida estrangeiros.⁶⁶ Simonsen, como se observou, entra no debate como opositor a Silva Freire, mas está inserido e preocupado com os planos de urbanização da cidade de São Paulo.

No último parecer sobre asfaltamento, publicado em 1923, Simonsen assumiu uma postura menos técnica e mais nacionalista ao rebater declaração do vereador Orlando de Almeida Prado, em apoio à lei que nomeava Victor da Silva Freire representante brasileiro no Congresso Internacional de Estradas, a realizar-se em Sevilha, Espanha. O argumento favorável à lei era que o Diretor de Obras Públicas encontraria, no evento, subsídios adequados para a abertura de uma concorrência pública de asfaltamento “em virtude da falta patente, indiscutível, de individualidades nacionais, familiarizadas com assumpto de tal modo especial”.⁶⁷ Simonsen respondeu que essa postura, reflexo do pensamento do Diretor Silva Freire, só fazia amesquinhar o papel da engenharia brasileira e as instituições técnicas do país. “Para se poder julgar de uma sciencia e tambem do valor da sua applicação, não são indispensaveis congressos internacionaes em que se tratam os assumptos sob um caracter muito geral e vago, e aos quaes as adhesões de interessados são voluntarias e facultativas”.⁶⁸ Esses pareceres são representativos das preocupações de Simonsen nesse momento: há alguns traços de nacionalismo, mas ainda inseridos na lógica da modernização do início do século XX, desvinculada de um projeto orientado pelo nacionalismo industrialista que embasaria a *História econômica do Brasil* (1937) e a participação do Simonsen no debate do planejamento, com Eugênio Gudín.

Ainda no período da Primeira República, a situação começou a alterar-se, no sentido de uma preocupação maior, por parte de Simonsen, com problemas nacionais e da incorporação de questões relativas à industrialização em meados da década de 1920, num processo correlato à diversificação industrial que ocorreu no Brasil nesses anos. Segundo Wilson Suzigan, o período 1919-1929 foi um momento em que o investimento industrial se elevou em praticamente todos os setores. Ramos tradicionais, como têxteis, calçados e alimentação tiveram sua capacidade ampliada e/ou modernizada. No ramo têxtil, além da ampliação da tecelagem de algodão, introduziu-se a fabricação de seda artificial (raiom). Os setores de moagem de trigo, açúcar e cerveja realizaram grandes investimentos. Para além da ampliação do parque já existente, houve um processo de diversificação significativo. A primeira fábrica de cimento bem-sucedida foi construída em 1924-1926 e foram construídas cinco usinas siderúrgicas, das quais três foram exitosas. No ramo metal-mecânico, o investimento ampliou-se, com o início da produção de máquinas agrícolas pesadas e equipamento industrial leve. Indústrias que se instalaram no parque brasileiro nos anos 1920 incluem borracha, química, farmacêutica e perfumaria.⁶⁹

A participação de Simonsen nesse momento de diversificação é atestada pelos cargos que assumiu no período. Em 1923, assumiu a presidência do Sindicato Nacional dos Combustíveis

⁶⁵ DEAECTO, Marisa Midore. *Comércio e Vida urbana na cidade de São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2001. p.18. Para um relato contemporâneo sobre as transformações de São Paulo, cf.: AMERICANO, Jorge. *São Paulo naqueles tempos: 1895-1915*. São Paulo: Carenho Editorial/Narrativa Um, 2004.

⁶⁶ Para as reformas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, cf.: BENCHIMOL, Jaime Lany. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

⁶⁷ SIMONSEN, 1923, p. 124.

⁶⁸ SIMONSEN, 1923, p. 124.

⁶⁹ SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000, pp. 90-92.

Líquidos e, no ano seguinte, passou a dirigir a Cerâmica São Caetano. Em 1926, organizou a Companhia Nacional da Borracha e a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre. Simonsen também ingressou no comércio de café, tendo fundado, em sociedade com o cunhado, Edwin Murray, a Casa Comissária Murray, Simonsen e Cia. Ltda. que representou os Lazard Brothers, banqueiros ingleses financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café, durante o governo Washington Luís.

Durante esse período dos anos 1920, Simonsen se afirmou como industrial importante, mas seu projeto intelectual e de país, ainda era mais ligado à ideia de modernização e de aprofundamento do processo em curso de crescimento de certos setores da economia, do que à noção de superação de uma estrutura atrasada por meio do processo de industrialização. A hegemonia econômica e política do grande capital mercantil, diretamente dependente da produção agroexportadora, não dava possibilidade a uma atuação política e intelectual mais marcadamente voltada para a indústria e para pensar seu papel na superação do atraso brasileiro.

Considerações finais

Formado em 1909 pela Escola Politécnica de São Paulo, Roberto Simonsen teve contato com um conhecimento econômico pouco teórico, as questões tratadas eram aplicadas à administração científica, do ponto de vista do capitalista privado. Iniciou sua carreira profissional no setor de construção civil, dirigindo uma empresa que contribuiu para a modernização da cidade de Santos e que executou obras públicas em vários pontos do território nacional. Como membro da Missão à Inglaterra, Simonsen defendeu o estreitamento dos vínculos comerciais já existentes do Brasil com a potência britânica, num reforço da posição brasileira de exportador de gêneros primários, como madeira, carne congelada e algodão. Em São Paulo, tomou parte numa discussão de caráter técnico, sobre o tipo de asfaltamento a ser aplicado na cidade, envolvendo-se em debate com Victor da Silva Freire, que foi um agente importante das reformas urbanas que modernizaram a cidade, no início do século XX.

Esse quadro ressalta uma faceta do pensamento Roberto Simonsen que não costuma aparecer na historiografia. Embora se tenha comprometido, a partir do final dos anos 1920 e ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a defesa do desenvolvimento industrial e com a produção e veiculação de um conhecimento econômico e histórico ligado ao nacionalismo industrialista, Simonsen se apresenta, nessa fase inicial de sua carreira, como um profissional inserido na lógica da modernização. Seus projetos e sua atuação profissional ainda eram marcados profundamente por esse sentido de promover uma rápida incorporação de padrões de consumo alienígenas, acelerando a introdução de benfeitorias, seja na perspectiva de organização da produção, como também nos debates sobre a construção do mundo urbano que surgia no Brasil no início do século XX. Evidentemente que sua formação na Escola Politécnica de São Paulo e o contexto internacional favorável para importação de técnicas e bens importados antes do início da Primeira Guerra Mundial, como depois na década de 1920, induziam que tais perspectivas, de se pensar os caminhos para a modernização econômica e de elaboração de projetos para os centros urbanos em expansão, fossem dominantes no ideário político e intelectual da época. A trajetória de Simonsen era ainda muito mais resultado direto das influências contemporâneas: era um autor mais próximo de ser um objeto histórico do que um sujeito da história, como será sua atuação mais ativa no que diz respeito à construção de um pensamento econômico nacional pós-1930.

O estudo desses textos iniciais de Simonsen proporciona um ângulo privilegiado de observação do processo de modernização em curso no Brasil da Primeira República, ao trazer à tona as questões tratadas por um empresário que teve participação ativa nesse processo. Por outro lado, a análise ilumina aspectos do pensamento econômico do autor: questões relativas à organização produtiva, por exemplo, estiveram presentes em seus textos até a década de 1940. Ademais, ao contrastar essa produção do início do século com obras como *História econômica do Brasil* (1937) e os pareceres da controvérsia do planejamento (1944-45), percebem-se mudanças importantes, de enfoque e de posicionamento, no pensamento de Simonsen. Certamente, essas mudanças estão associadas ao tipo de questão urgente em cada momento histórico: no início do século, a

produtividade da empresa privada, as reformas na cidade de São Paulo, o comércio de bens primários com a Inglaterra; nos anos 1930 e 1940, a busca pelas razões históricas do atraso industrial e a proposição enfática de estratégias para a superação desse atraso, como a proteção alfandegária e o planejamento. Nesse sentido, o artigo reforça a importância de se tratar o pensamento econômico de um autor não somente em suas articulações internas, mas como algo a ser historicamente reconstruído.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

a) Textos de Roberto Simonsen

O calçamento de asfalto em São Paulo. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild, 1923. (publicado em coautoria com Luiz Augusto Pereira Queiroz)

A construção de quartéis para o Exército. São Paulo: sem editora, 1931.

À margem da profissão. São Paulo: Ed. São Paulo, 1932.

Ensaio sociais, políticos e econômicos. São Paulo: FIESP, 1943.

b) Fontes de arquivo

Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP

Anuário da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909.

Fundo Escola Polytechnica. Caixas 19, 20 e 21.

Pasta do ex-aluno Roberto Simonsen.

Pasta do ex-professor Brazilio de Campos.

2. Bibliografia

AIDAR, José Luiz; CYTRYNOWICZ, Roney; ZURQUIM, Judith. *Escola Politécnica 100 anos*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naqueles tempos: 1895-1915*. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2004.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos de Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BURNS, E. Bradford. "Cultures in conflicts: the implication of modernization in Nineteenth-Century Latin America". BERNHARD, Virginia. *Elites, masses and modernization in Latin America, 1850-1930*. Texas: University of Texas Press, 1979.

- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Tese de Doutorado.
- COSTA, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. Dissertação de Mestrado.
- DEAECTO, Marisa Midore. *Comércio e Vida urbana na cidade de São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2001.
- FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA/USP, 1970.
- FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”. *Estudos Avançados*. 6 (14), 1992.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. “A transformação urbana: Santos 1870-1920”. IN: *Revista USP*. n. 41, março-maio. São Paulo: USP, 1999.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- MELLO, João Manoel Cardoso de & NOVAIS, Fernando Antônio. “Capitalismo tardio e Sociabilidade Moderna”. SCHWARCZ, Lília Mortiz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2009. Tese de Doutorado.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

ROMERO, José Luis. *América Latina. As cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

SAES, Alexandre. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.

SAES, Alexandre. “Modernizing Electric Utilities in Brazil: National vs. Foreign Capital, 1889–1930”. *Business History Review*, 87, Summer 2013.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1894-1984)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP, 1985.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. “A pesquisa e o debate urbanístico em São Paulo (1900-1920): as proposições em torno do tema da ‘casa e cidade salubres’”. IN: *Arq.urb.* n. 01. São Paulo: USJT, 2008.

SILVA, Marina Correia Vaz. *Da maria-fumaça à fumaça das fábricas – a ELSP de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1994. Tese de Doutorado.

SOLÉ, Carlota & SMITH, A. D. *Modernidad y Modernización*. Col. Barcelona, Anthropos, 1998.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.